



Fotos¹: João Zinclair. (*homenagem in memoriam*)

Entrevista²: Marcelo Lira Silva³

Revista Aurora: Gostaria de pedir à professora que falasse um pouco sobre sua trajetória político-intelectual.

Virginia Fontes: Sou carioca da gema, nasci no Rio de Janeiro em uma família muito interessante. Costumo dizer que meus pais eram um casal improvável. Meu avô paterno era trabalhador do cais do porto e minha mãe descende de uma família que há muito tempo atrás foi rica, mas ela nasceu já pobre. Imagine juntar a aristocracia nordestina decadente com o proletariado ascendente do Rio de Janeiro? Era uma situação bem peculiar. Minha família era de um bairro bem popular do Rio de Janeiro. Meu pai era funcionário público; como teve sete filhos, teve uma vida bem complicada, mas conseguiu avançar na sua carreira e ter uma aposentadoria digna.

Muito jovem, morando no subúrbio, me aproximei de movimentos de contestação, eu já era muito curiosa. Em 1964 tinha 10 anos (sou de 1954). Minha adolescência transcorreu durante a ditadura. Em 1968 tinha 14 anos, logo não participei de maneira direta daquela efervescência dos anos de 1964-1968 e das lutas. Mas acompanhava, indiretamente, porque era amiga de militantes universitários; e, através

¹ Homenagem póstuma ao fotógrafo comunista *João Zinclair*, que teve suas primaveras prematuramente roubadas por um trágico acidente de ônibus no último dia 20 de janeiro de 2013. Conhecido por uma trajetória de luta contra as múltiplas formas de reificação, determinadas na e pela sociedade capitalista, João Zinclair iniciou sua trajetória como operário e diretor do Sindicato Metalúrgico de Campinas. Após a sua fase de *Operário em Construção*, Zinclair dedicou-se a arte da fotografia, engajando-se, assim como na fase anterior, a causa operária e a necessidade de superação de uma sociabilidade autodestrutiva, alienante e alienadora. Ainda neste sentido, publicou um livro de fotografias sobre a transposição do rio São Francisco, denunciando seus aspectos catastróficos, sua miséria material e espiritual, bem como as *Vidas Secas* que o cercava. Neste último dia 20 de janeiro de 2013, o mundo perdeu um olhar crítico-poético, que buscou em suas ações e imagens expressar a humanidade em um mundo quase desumano, que carece de lentes focalizadas para vê-lo e expressá-lo para além de sua imediatividade. À João Zinclair, as nossas mais sinceras e merecidas homenagens.

² Esta Entrevista foi gentilmente concedida pela professora Virginia Fontes durante a realização do Evento: “Seminário Internacional. 90 Anos de Movimento Comunista no Brasil”, no período de 13 a 17 de agosto de 2012, na Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Filosofia e Ciências/Campus de Marília.

³ Correção, Edição e Transcrição: Danielle Cristine Ribeiro; Graziella Cassador Castেলuci; Inês Cristina dos Santos; Marcelo Lira Silva; Rondinelli Salvador Silva; Virginia Fontes.

deles, mantinha-me informada. Alguns deles foram para o Congresso da UNE de Ibiúna, e lá foram presos.

Ingressei no PCB por volta dos meus 17 anos – entre 16 e 17 anos de idade estava numa vivência muito próxima do Partido –, e permaneci até os 21 anos. Tudo era, absolutamente, clandestino. Fiquei pouco tempo, tive diversas desavenças políticas, mas foi muito importante na minha formação.

Não era fácil viver a adolescência no período da ditadura. Fui aluna da Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro (então nomeada Celso Suckow da Fonseca), que foi violentamente reprimida pela ditadura; e, onde tudo era proibido. Era uma escola praticamente militarizada, em que praticamente todos os inspetores eram policiais.

Fizemos um grupo de teatro e iniciamos uma militância de juventude naquele espaço, que era alvo do controle da ditadura. O resultado foi que no meu último ano de escola técnica não conseguia ir a lugar nenhum sem alguém (um inspetor) “varrendo calçada” atrás de mim. Era uma coisa impressionante. Tirava a graça da existência. Era um controle, praticamente, permanente. Para além do horror definitivo à censura, ali foi também o teste final de que a minha vocação não era para matemáticas.

Saindo dali fui estudar História e trabalhar. Era uma vida bem banal – de menina de classe média baixa, de um bairro suburbano –. Trabalhava o dia inteiro e fazia faculdade à noite. Logo depois casei e descasei. Do segundo casamento tive dois filhos maravilhosos. Foi um período no qual fiquei muito mais contida: trabalhando, fazendo faculdade e com crianças. Conheço bem essa experiência da tripla jornada. Trabalhei em vários locais, principalmente no Banco do Brasil – sempre estudando concomitantemente –. Foi um período muito pesado, mas ao mesmo tempo muito interessante, porque a rotina do trabalho bancário era insuportável e os estudos, mesmo sob a ditadura, muito me ajudavam. Além disso, a balbúrdia e o riso das crianças permitiam que eu enxergasse além dos livros e da obrigação imediata do trabalho. Já nessa época participei de grupos de estudo de Marx, com colegas da faculdade.

Jamais perdi contato com o Partido – não exatamente com o PCB oficial, mas com pessoas que ficaram minhas amigas –. Nunca perdi contato com a luta, o que é uma coisa interessante. Ainda no PCB, me recusei a atuar no sindicato dos bancários, pois sabia que não tinha o tempo necessário para essa militância e, se entrasse, não terminaria a faculdade, que eu fazia questão de concluir. Mas para você ver como o mundo é pequenininho, eu trabalhava na mesma sala de uma companheira do Ivan Pinheiro, que era muito minha amiga, além do contato próximo com militantes de outras organizações. Tínhamos longas conversas, longos debates.

Na mesma época conheci Ciro Garcia. Naquele momento, a disputa sindical era entre o PCB e a Convergência – que não era ainda o PSTU. Eu tinha muitos debates com os dois. O que estou querendo dizer é que eu não era uma militante sindical, mas estava próxima da luta – são as coisas divertidas na vida da gente. Enquanto isso fazia meu mestrado.

Ao terminar o mestrado, passei num concurso para a Universidade Federal Fluminense/UFF e saí do Banco do Brasil. Foi um alívio. Minha carreira é tardia na Universidade, não é precoce. Diferentemente dos muitos dos meus colegas, precisei sobreviver com o meu emprego, não podia ficar nas posições mais subalternas na Universidade, fazendo currículo e aguardando o momento de um concurso, porque tinha família para sustentar. Se não lia tanto Marx quanto eu desejava, era muito mais do que meus professores aprovavam. Conseguia ler muito mais Marx do que eles gostariam (risos). Na Universidade sempre trabalhei no Departamento e na pós-graduação de História, sempre marxista, sempre estudando Marx – digamos que esta foi uma marca muito característica da minha vida, o estudo de Marx –. Menos do que eu gostaria, porque a Universidade dispersa e exige muitas atividades diferentes.

É claro que na Universidade a militância marxista teve um espaço melhor. Organizamos um grupo de estudo e trabalho sobre *O Capital*, com uma configuração aberta. O grupo se chamava GET-Marx. Ele

nunca se institucionalizou, sempre preservou sua autonomia, inclusive frente às instâncias universitárias. Isso que permitia a esse grupo admitir perfis variados e incluir pessoas de formações diferentes. Para mim, esse grupo foi muito importante – durou vários anos e, depois, se desfez.

À medida que na pós-graduação o número de orientandos cresceu, iniciou-se um segundo grupo no qual a leitura do marxismo era muito mais ampla. Chamamos o grupo de GTO – Grupo de Trabalho e Orientação –, que existe até hoje, e inclui também estudantes e militantes próximos. No começo, os dois grupos conviveram em paralelo, com algumas pessoas participando dos dois. No GTO estudamos seqüências de leituras do marxismo muito abrangentes – o que ocorre ainda hoje. O GTO é autônomo, seleciona o que ler e estudar. Não sou eu quem diz: “agora todo mundo vai ler isso”. Buscamos decidir o que é melhor para todos, a partir de uma pauta coletiva. O público é muito variado, pois os orientandos vão defendendo seus trabalhos e saindo do grupo – enquanto entram novos estudantes. Muitas vezes relemos textos para nivelar o grupo. Já tivemos momentos absolutamente extraordinários, dependendo da sua composição e do ânimo. Houve um período, em especial, em que as reuniões aconteciam a cada 40 ou 60 dias, e ficávamos três tardes debatendo textos. Das 14h ou 15h até 22h. E depois nós ainda íamos para o bar, onde continuávamos a discussão. Era uma coisa rara – aquele momento do grupo foi muito bom. O atual também é muito bom; e, cada momento tem seu desenho peculiar. Entre 2002 e 2005, fizemos uma seqüência de leituras enorme, lemos *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, de Mészáros, inteiro. Naquele período três doutorandos defenderam suas teses em uma mesma semana. Esta é uma característica peculiar desse tipo de grupo, pois ele de repente parece se desmanchar, mas se (re)configura. Com as defesas, os estudantes voltam às suas cidades e aos seus trabalhos; o grupo se desmantela e... recomeça. No GTO atual, estamos com um projeto interessante que tem muito a ver com a Semana dos 90 anos do PCB, que é uma discussão historiográfica de longo fôlego, tentando pensar contribuições e limites, possibilidades e impasses da historiografia brasileira. Além da UFF, há alguns anos venho atuando na Pós-Graduação da Escola Politécnica de Saúde Venâncio, da Fiocruz, cujos estudantes também participam do GTO. Atualmente, integro também outro grupo de altíssimo nível, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo, o NIEP-Marx/UFF, composto por professores de diversas áreas e por estudantes da UFF. Bom, fundamentalmente é essa a minha atuação, essa é minha trajetória.

Sou uma marxista e comunista empedernida, não estou em Partido, mas tenho uma razão para isso. Acho o Partido muito importante, mas, ao longo desses 30 anos de trajetória universitária – 30 anos de combate pelo marxismo, sobretudo dentro da Universidade e não só, pois há ainda minha ligação com os Movimentos Sociais –, uma das minhas tarefas mais importantes foi assegurar que os diferentes grupos marxistas se conhecessem, conversassem... construíssem polêmicas no terreno comum da nossa luta. O marxismo não é um campo homogêneo; é heterogêneo – cada grupo tem contribuições diferentes, mas todos têm posição na luta de classes. Portanto, é um campo com posição na luta de classes e nele precisamos debater. Para polemizar, discordar, ter posições diferentes, é necessário, inclusive, conhecer as diferentes linguagens que cada pensador marxista, ou cada grupo/partido elabora. Para mim essa foi e é uma tarefa muito importante; e, é uma das razões pelas quais tenho contato com diversos partidos, favorecendo uma interlocução mais elástica entre diferentes posições no nosso campo – que é aquele que enfrenta a luta anticapitalista e que atua junto aos Movimentos Sociais, com a classe trabalhadora, suas diferentes frações e suas diversas organizações.

Fundamentalmente, o que falta falar ainda sobre a minha trajetória é uma experiência que foi, para mim, extraordinária: a aproximação com o MST. Com o MST organizei vários cursos dentro e fora da Universidade. Participei ativamente da organização de cursos na Escola Nacional Florestan Fernandes. Tenho uma admiração extraordinária pelo trabalho de formação feito pelo MST. É uma coisa que precisamos aprender a fundo com o Movimento – eles fizeram algo de muito bem feito –. Muito corajoso, inclusive. Nós não temos precedentes na nossa história de trabalho de educação e de formação política

do quilate da organizada pelo MST. Eu me orgulho muito de ter participado desse processo e continuo participando. Isso não significa estar de acordo, necessariamente, com todas as posições nem do MST, nem dos autores com os quais trabalhamos, pois não se trata de congelar o marxismo numa única leitura. Estou, agora, coordenando um curso na Politécnic da Fiocruz, uma turma de pós-graduação que se chama “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais”. Estamos fazendo um trabalho muito rico. Acredito que já falei muito. Com 59 anos temos muitas histórias para contar.

Revista Aurora: Dentre as vias de leitura do marxismo apresentadas, com qual você possui maior afinidade? Qual leitura se enraizou na sua trajetória político-intelectual?

Virginia Fontes: Bom, digamos assim, meu primeiro marxismo foi marcado pelo grupo de estudos d’O *Capital* e por Althusser. Frequentava um grupo althusseriano e li bastante esse autor. Quase me tornei althusseriana. Depois, aos poucos, fui ampliando meu leque de referências. Quando fiz doutorado na França, metade foi com um professor liberal e a segunda metade – que considero, de fato, meu doutoramento – foi com Georges Labica, que não era exatamente um althusseriano, mas um continuador do grupo althusseriano na França. Ele mantinha um laboratório de pesquisa que reunia também remanescentes do grupo althusseriano, e tive um aprendizado extraordinário com esse grupo. Ao mesmo tempo, fui me desidentificando da filiação à escola althusseriana, inclusive pela amplitude dos debates que ali travávamos.

Algumas contribuições eram teoricamente muito importantes, e, sobretudo, alguns problemas que Althusser se colocava. No doutorado pude ler muito, foi um período de muita leitura. Trabalho com História – sou historiadora –, então a questão da historicidade; a questão da transformação interna dos processos na medida em que esses processos ocorrem; para mim, tem muita importância. O althusserianismo tinha um recorte mais formal, procurando mais os conceitos “puros” do que os processos. Por isso, comeci a me aproximar de autores mais ligados à dialética. Passei a ler muito Gramsci (um autor muito próximo das discussões sobre dialética), com quem muito aprendi. Passei primeiro pela escola althusseriana, em seguida pela escola gramsciana e atualmente tenho lido bastante Lukács. Sempre pontuando com a leitura de Marx. Digo com uma tranquilidade enorme que não pretendo me filiar a nenhuma dessas linhagens: todas elas fazem parte da nossa tradição, não é possível nem desejável eliminá-las. Li também Trotsky, Rosa Luxemburgo, Thompson... autores com influência principalmente no Brasil. Li muito material latinoamericano contemporâneo, inclusive alguns que criticam o marxismo por ser... eurocêntrico! Vivemos na luta, e não no terreno das certezas finais. Não sou filiada a nenhuma escola. Todas têm/abrem questões muito importantes dentro do marxismo. Sem exceção. A referência central, para mim, é Marx e o desvendamento das formas *históricas* das lutas de classes sob o capitalismo.

Sem nenhuma dúvida, cada uma dessas escolas traz elementos e tipos de ordens distintas. Em alguns casos elas se chocam, como a concepção de classe de Althusser e a de Thompson. Essas não são questões pequenas, são questões relevantes, e devem ser debatidas, pois não dizem respeito apenas à “interpretação”, mas à forma de luta. Isso, entretanto, não me leva a aderir necessariamente a uma ou outra e vou explicar o motivo. Ao meu juízo, o que interessa são os problemas que esses autores conseguiram capturar, mesmo que não tenham sido capazes de resolvê-los. Não importa apenas a solução, pois a partir do estabelecimento de um problema podemos avançar (inclusive recusando determinadas soluções, muitas vezes conjunturais). Posso discordar pontualmente ou de partes teóricas extensas, no viés político e na interrelação com a estratégia revolucionária. Posso discordar, mais ou menos, de determinados grupos sem deixar de levar em conta as questões colocadas e porque foram colocadas daquela maneira.

Em Althusser, de quem me afastei resolutamente (sobretudo por sua concepção de ciência), uma coisa muito interessante é o enorme debate sobre a correlação entre as formas da determinação. Pelo caminho

da sobredeterminação, ele contribui para destrinchar uma formulação complexa – a determinação em última instância –. Mas, o faz partindo de um viés, excessivamente, formal e lógico. Gramsci pensa essa mesma questão, mas a meu juízo, de uma maneira mais historicamente afinada que Althusser. Gramsci explica o processo de forma dialética, apresenta como a ação das classes contém e explica a determinação. Assim, consegue apreender o Estado no seu movimento concreto; na sua correlação cambiante com as classes. Ele traz um teor histórico *efetivo* de luta de classes mais forte, mas tampouco resolve todos os problemas. Se não me dou conta de que eles estão diante do mesmo problema, eu perco algo. Percebe? Perco trajetórias distintas nesse terreno. Não me sinto filiada, de carteirinha, a nenhuma escola. Sinto-me marxista no sentido mais amplo, e continuarei lendo muitos e variados autores. O espírito de seita – sectarismo – é compreensível quando temos tantas adversidades e lutas; quando muitos mudaram de lado e se converteram numa “esquerda para o capital”. Mas, converte-se em um problema sério, pois nos impede de integrar o conjunto de nossa própria história.

Agora estamos estudando Hegel. Não me sinto nem quero ser hegeliana, mas é um autor extremamente importante para aprendermos a pensar. Não é para que ele resolva nossos problemas. Nossos problemas, nós precisamos resolver. Os autores não vão resolver para nós as dificuldades atuais. É bem interessante! Por isso consigo ter uma relação de concordância ou discordância amigável com tendências diferentes. Nem sempre, né!? Às vezes tem enfrentamento também. Mas sempre procuro ressaltar o campo comum de nossa luta.

Revista Aurora: Com relação à historiografia brasileira, quais foram os intelectuais que influenciaram na sua formação?

Virginia Fontes: Todos os nossos clássicos. Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior são autores fundamentais de ingresso na história. Mas temos outros: Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso, Ruy Mauro Marini, René Dreifuss e muitos outros. Ciro foi meu professor e colega na Universidade. Temos um grupo de historiadores de primeira linha na história brasileira. Como é do meu perfil, resisto às linhagens historiográficas e os verdadeiros historiadores nacionais estão em muitas disciplinas, como: Carlos Nelson Coutinho; José Paulo Netto, no Serviço Social; ou, Roberto Leher e Gaudêncio Frigotto, na Educação.

Tem uma amiga e pesquisadora da minha geração que tem, a meu juízo, um papel muito importante – acredito que ela terá maior relevância para a sociedade brasileira mais adiante –, que se chama Sonia Mendonça. Sempre discutimos muito! Foi ela quem primeiro me mostrou um Gramsci vivo e palpitante na análise histórica. Aprendi muito no convívio com Sonia Mendonça e a considero a maior historiadora da minha geração. Não é, talvez, a mais conhecida, mas é uma das maiores, não tenho dúvidas.

Além disso, um cientista político nesse percurso foi muito importante para mim: René Armand Dreifuss. Ele escreveu *1964: a conquista do Estado* (1981); *O jogo da direita na Nova República* (1989); e, *A internacional capitalista* (1986), que considero seus três livros mais importantes. Ficamos amigos e participamos de várias atividades juntos. Tínhamos muitos debates – nem sempre concordávamos. Só podemos ser amigos daqueles com quem podemos discordar: já discuti muito com os amigos e por isso eles são para a vida inteira.

René Dreifuss e Sonia Mendonça, cada um a seu modo, montaram estratégias de investigação para entender como atua a classe dominante brasileira. Ele parte inventivamente de Gramsci e Sonia elaborou uma metodologia partindo de Gramsci e agregando Pierre Bourdieu. No NIEP-Marx, a produção de Marcelo Badaró Mattos, a partir de Thompson, é significativa. Eu não estou numa escola historiográfica, mas num grupo de historiadores que tem posição marxista, que estuda, pesquisa, debate e procura

enfrentar a realidade contemporânea. Em São Paulo, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, há muitos e bons pesquisadores sobre o tema.

O que faço e escrevo vai na contramão da direção principal da Universidade, que abandonou as grandes sínteses e a procura da explicação da vida social. Meu trabalho é mais lento, mais demorado, procura abranger aspectos mais globais, tendências mais gerais. Não concordo com a tendência que hoje tem certo realce, que aborda a história política como resultado imediato da pressão das vontades dos atores, desconsiderando a existência de classes sociais, desconsiderando a desigualdade social ou olhando-a filantropicamente. Isso está na moda.

Eu diria que na historiografia meu lugar foi de briga. Briguei muito nessa história, seja para conservar o marxismo, para que a teoria não desaparecesse da história, sufocada debaixo de um tsunami de “técnicas de pesquisa”, seja contra a subalternização dos estudantes a um séquito docente que apenas reproduz o que o “mestre” determina, seja pela universidade realmente pública e laica. Lutei muito para que a história no Brasil não se limitasse aos recortes culturalistas ou politicistas. Sou canhota na historiografia. Também não participo do conjunto das modas periódicas na historiografia. Meu caminho historiográfico é a defesa do marxismo como elemento fundamental para enfrentarmos os desafios do mundo contemporâneo, cada vez mais capitalista. Não está muito na moda.

Revista Aurora: Seu último livro foi sobre o Brasil. De acordo com Carlos Nelson Coutinho, na literatura brasileira se consolidaram três paradigmas na leitura do Brasil: a) o primeiro, que adota a categoria da revolução passiva; b) o segundo que adota a categoria da via prussiana; e c) o que adota a categoria da modernização conservadora. Em qual desses paradigmas poderíamos localizar sua obra?

Virginia Fontes: Mas, é mais ou menos a mesma coisa...

Revista Aurora: Como você analisa as semelhanças e diferenças entre essas vias de leitura?

Virginia Fontes: Não, espera aí. Vou discordar da sua classificação.

Revista Aurora: Minha não, do Carlos Nelson.

Virginia Fontes: Eu sei. Mas Carlos Nelson apresenta essas três leituras como paradigmas próximos. São bases teóricas nuançadas para trabalhar o mesmo processo. Portanto, essa classificação não esgota as outras formas de interpretação que possam ter existido. Eu leio um pouquinho diferente essa definição do Carlos Nelson. Não se trata de incluir todas as interpretações nessas três categorias, mas de esmiuçar as diferenças – por vezes sutis – entre elas. Há interpretações muito mais conservadoras, e outras liberais no Brasil. A leitura liberal de Moore, da modernização conservadora, é uma leitura próxima da leitura da revolução passiva. Percebe que o processo de modernização é conduzido por setores conservadores. Bom, feita a ressalva, você me perguntou qual das três.

Revista Aurora: Qual você acredita ser a mais apropriada ou a mais “completa” para analisar o Brasil?

Virginia Fontes: É a Revolução Passiva, sem sombra de dúvidas. Bom, eu venho bem mais perto da via da revolução passiva, mas evito generalizar os procedimentos da revolução passiva para todo o processo histórico brasileiro – que exige mais nuances.

O conjunto do processo histórico brasileiro não pode ser definido a partir de uma gênese homogênea, que fosse uma espécie de essência posta desde o seu começo, que fosse desabrochando, germinando, como um fruto saindo da semente. Acredito que essa é uma questão importante porque estamos diante de um processo histórico que sofre inflexões, alterações. Muitas vezes a permanência do antigo se dá sob condições de novo tipo ou é recriada. A perspectiva da revolução passiva do Gramsci é, a meu juízo, mais rica, embora a via prussiana também seja uma análise forte. Mas a primeira permite entender o movimento popular a partir das lutas de classe que buscam, mesmo que de forma esporádica, no subversivismo, se impor no espaço político. E o conjunto dos setores dominantes de alguma maneira precisa neutralizar essas lutas, capturar esses grupos para o seu próprio projeto. Esse é o interesse maior da interpretação gramsciana.

Vou com cautela, para pensar todo o processo histórico brasileiro a partir de uma única matriz explicativa. Ontem estávamos num debate que tratava da explicitação de uma essência, e foi citado Caio Prado Junior. Não acho que exista uma essência que segue se explicitando linearmente desde o sistema colonial. Essa discussão tem uma parte teórica e técnica, mas também uma parte política que é, a meu juízo, fundamental. A parte teórico-técnica é que não é possível pensar uma particularidade sem pensar o todo. Caio Prado traz uma questão central: não é possível pensar a colônia sem pensar a metrópole; não é possível pensar a história do Brasil sem que esta particularidade, que era uma extensão colonial, integrada nessa rede de relações. Nisso Caio Prado é absolutamente genial. Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr não são opostos, mas complementares; e, ambos trazem questões importantes. A interpretação de Caio Prado Jr da totalidade colonial – fundamental para compreendermos marcas duradouras originadas naquele período – deixa à sombra as formas internas de produção. A predominância da conexão externa empalidece o processo interno.

Outros fizeram o contrário, enfatizando o âmbito interno e empalidecendo o externo. Nosso problema é que não é possível pensar nenhum país sob o capitalismo (não apenas os ex-coloniais, mas também os neocoloniais ou imperialistas), sem levar simultaneamente em consideração as relações internas e as relações externas.

Há uns vinte anos escrevi um artiguinho, sobre a nossa dificuldade para lidar com o *espaço* da história. O espaço da história *parece* dominado pela política e pelo Estado. Quando pensamos a história, pensamos o que ocorre dentro do território controlado pelo Estado; e, esquecemos que a dinâmica capitalista não opera somente ali. Ela opera ali e além. Quando nos damos conta disso, tendemos a saltar de um para outro âmbito. Não conseguimos ainda ter uma forma de abordagem que dê conta plena do interno e externo na sua complexa articulação sob o capital. Isto é, as formas truncadas de socialização das forças de trabalho e do truncamento brutal do político, impedindo que essa socialização das forças produtivas se converta em processos internacionalizados de luta contra o capital. É nesse quadro que tento me mover. Por isso é muito difícil fazer uma opção. Não é uma questão do lado de fora ou do de dentro, é que não há um sem o outro. Como conseguir tal proeza, de analisar essa relação constitutiva, esse espaço ampliado da história? Essa é nossa dificuldade e ao mesmo tempo nosso desafio, e talvez seja a tarefa dessa geração que está crescendo agora. Esse dilema é real.

Hoje, em que as lutas precisam se internacionalizar, e, isso vem ocorrendo, truncadamente, somos capazes de levá-las adiante? Somos capazes de construir os laços entre as lutas nacionais e as lutas internacionais? É isso que precisamos fazer. A burguesia joga para capturar o conjunto das lutas para dentro do espaço institucional, para capturar para dentro do Estado democrático e, em última instância, para bloquear através de ditaduras no Estado (ou de suas formas de “exceção”). Esse é o caminho burguês. Nosso desafio hoje é sermos capazes de recuperar nossos autores clássicos, para pensar a história a partir daquilo que eles trazem de melhor.

Não há como pensar a colônia brasileira a não ser ligando-a com o sistema colonial, com a metrópole e seu contexto. Caio Prado tem razão. Mas não vou entender o Brasil contemporâneo se não entender que as formas escravistas que se implantaram, no seu agir concreto, trouxeram especificidades para o conjunto da vida social interna, e serão por sua vez modificadas por outras formas produtivas de emergência posterior, que algumas vezes recriaram o “arcaico”. Se eu não compreender a formação histórica pregressa não consigo dar conta do hoje. Mas se só mirar o desdobramento do passado, não entendo como o “novo” amalgama modifica o que foi o passado. Silenciar uma dessas duas dimensões é um risco para nós. A dialética interno/externo é uma preocupação permanente para mim. Vou com muita cautela quanto a “solucionar” isso. Não temos nenhuma solução pronta e acabada, porque lidamos com processos históricos vivos, múltiplos e a cada dia mais extensos no plano internacional – trazendo mais exigências –. Praticamente, todos os autores marxistas, significativos, lidaram com esses dois âmbitos, procurando compreender os elos dessa articulação desigual e combinada.

Revista Aurora: Como tocou na questão relacional entre o interno e o externo, fale um pouco sobre a polêmica que você levanta no seu livro: O Brasil e o capital-imperialismo.

Virginia Fontes: Começarei limpando o terreno de algumas acusações. Em primeiro lugar, quando menciono uma mutação no Imperialismo pós-Segunda Guerra Mundial, isso não significa reduzir a importância da ameaça estadunidense. Que é real! Tanto mais real, quanto outros países capital-imperialistas integram o núcleo central e outros pretendam emergir nesse processo. O capital-imperialismo é uma tragédia para a humanidade. Não é um ganho, o Brasil integrar subalternamente o capital-imperialismo – mesmo se expressa maior porte capitalista –. É uma tragédia social, por várias razões, inclusive porque faz recuar as condições da luta de classe; concentram-se os meios de repressão e os meios econômicos nas mãos de uma burguesia, que não tem o menor problema em se associar a qualquer outra burguesia internacional, caso necessite reprimir a classe trabalhadora. Sua escala de concentração de capitais pode inclusive favorecer algum “gotejamento” sobre a classe trabalhadora brasileira. Nós já tivemos vários exemplos disso. Não se deve minimizar, hoje, a grande ameaça que os Estados Unidos representam para o mundo e para a América Latina. Ao contrário, significa alerta triplo, pois o capital-imperialismo expressa coligações burguesas internacionais que as forças populares nacionais não vêm conseguindo desfazer ou conter.

A categoria capital-imperialismo busca dar conta de um processo de expansão das relações sociais capitalistas no mundo e de concentração de propriedade do capital, ao mesmo tempo, em que suscita formas de organização política específicas nos âmbitos nacionais. A idéia é compreender as transformações do imperialismo evitando leituras unilaterais – ênfase apenas na economia, ou na política, ou no tema militar, como exacerbação da política –, e procurando partir da base social do capital, para encontrar sua dimensão econômica e política.

A dinâmica capitalista não opera sozinha, mas sob a pressão das contradições que promove e das tensões da classe trabalhadora, manifestadas discreta ou abertamente. Esse é um dos ângulos que procuro destacar no livro. Pelo menos desde a década de 1960, grandes questões das classes trabalhadoras se internacionalizaram ainda mais. Elas não têm escoadouro, nem solução, nem mesmo alívio substantivo no âmbito nacional. O exemplo banal é o meio ambiente. A ecologia contemporânea se defrontou com a chuva ácida: a chuva alemã cai na Itália; o rio emporcalhado no Brasil deságua no Paraguai, no Uruguai, na Argentina ou em outros países. O oceano que se devasta é comum; os ares poluídos são do mesmo planeta.

Eu dei o exemplo do meio ambiente, mas outros casos são também dramáticos, como a questão feminina e o racismo. As experiências históricas mostram que o ingresso massivo de mulheres no mercado de trabalho capitalista vêm tendencialmente exigindo a colocação de outras mulheres (de outras

nacionalidades, outras etnias ou outras regiões) para cumprir as funções subalternas, que permanecem femininas. Não é só o caso brasileiro, mas de muitos países europeus e dos EUA. No Brasil isso é gritante, com o cortejo de empregadas domésticas e babás, muitas provenientes de outras regiões. Essa escadinha (que também promove racismos) não termina a não ser que as lutas parciais femininas – legítimas –, se convertam *também* em lutas contra o capital. Não são lutas idênticas, são complementares. Se a opressão das mulheres continuar após processos revolucionários, será a derrota da revolução.

É bom lembrar que a Revolução Russa foi o período mais importante de libertação feminina. Um livro interessante de Göran Therborn chamado *Sexo e poder: a família no mundo (1900-2000)* apresenta um estudo demográfico secular. São dados muito agregados, em que as variações são pequenas para essa escala. Mesmo assim, há uma evidente inflexão da Revolução Russa sobre a questão casamento/mulher, muito além de suas fronteiras. São os dois momentos de inflexão, a revolução Russa e 1968. Porém, Therborn enfatiza o papel de 1917 com relação à 1968, porque no último caso, as modificações foram seletivas e expressam o ingresso de mulheres no mercado de trabalho capitalista nos países centrais, e não exatamente uma libertação de mulheres.

A outra questão é a do racismo. O racismo se nutre da desigualdade e, portanto, é estimulado e reproduzido pela lógica do capital. De fato, para o capitalista, abstratamente, não interessa a cor de pele, ou o sotaque da força de trabalho. Mas, concretamente, o racismo desagrega os trabalhadores, especializando-os em determinadas funções, o que é conveniente para o capital. A subalternização de determinados setores da força de trabalho muitas vezes é inter-regional (como no Brasil). O racismo despreza razões ou justificativas, na medida em que é a expressão imediata da concretude da desigualdade. A desqualificação que ainda perdura sobre o negro tem fundamentos históricos no Brasil, mas cresce também sobre estrangeiros – resultado do deslocamento de populações migrantes. As lutas contra o racismo são fundamentais, dentro e fora das fronteiras nacionais, porém a desigualdade capitalista tende a engendrar novas vítimas. A manutenção do capitalismo bloqueia – no plano internacional – a efetividade das lutas contra o racismo. Tais lutas precisam manter-se, permanentemente e, ao mesmo tempo, avançar para estancar a principal origem atual de novos racismos, a produção sistemática de desigualdades em âmbito internacional.

Frente a essas lutas, que precisam se internacionalizar contra o capital, montaram-se as estratégias de controle burguês encapsulando-as no âmbito nacional, mas abrindo comportas internacionais. Com a condição de que não contestem a concentração do capital, de que atuem na singularidade de cada situação – na individualidade –, e abandonem o processo de produção de racismo, do sexismo e da devastação humana, social e ambiental, agindo apenas nas conseqüências. Ainda que tais “comportas” internacionais exerçam eventualmente atividades importantes, ainda que estejam voltadas para questões relevantes, suavizam o teor de classe dessas lutas; fragmentam o enfrentamento e tendem a trazê-las de volta para o âmbito do nacional. A constituição de Partidos Verdes na década de 1960 e 1970, por exemplo. Essa é uma das modalidades organizativas e políticas que caracterizam o capital-imperialismo.

Sou a favor das cotas. Manifestei-me a favor das cotas. Como Marx, defendo políticas desiguais para os desiguais, para a produção da igualdade. Quem fala política igual para todos, abstratamente, é o direito burguês aoplado ao capital. Porém, uma política desigual para desiguais, somente tem sentido *se voltada para a produção da igualdade*, e não limitada ao âmbito da reprodução filantropicamente mitigada da desigualdade. Sou a favor das cotas, mas para assegurar 100% de ingresso de negros e de jovens da escola pública às Universidades – se assim o quiserem! Não podemos nos contentar com um percentual menor. A cota pode ser instrumento, utensílio de luta, mas não pode ser o fim em si da luta. A luta precisa ser anti-racista, anti-sexista, contra toda forma de produção de desigualdades sociais.

Voltando ao capital-imperialismo, agora de um ponto de vista mais geral: ele resulta de um salto na escala da concentração; implica em modificação na forma da propriedade e também do caráter das

lutas de classe. Não é suficiente indicar que as lutas de classe estão fragmentadas, é preciso avançar para compreender como as lutas anticapitalistas não se limitam mais aos espaços nacionais e cabem mal nas formas da organização burguesa. Esses elementos, me parece, precisam estar presentes para analisarmos o quebra-cabeça contemporâneo.

Tenho clareza que não consigo resolver todos os problemas. O volume de problemas é muito grande. Espero contribuir colocando um problema para um debate coletivo. O papel do Brasil nesse capital-imperialismo não resulta, digamos assim, de um desejo burguês de independência ou de autonomia. Não sei por que cargas d'água atribuímos à burguesia brasileira algum desejo de independência. Ser burguês, no sentido mais lato, é ser voltado para a valorização do valor. É ser voltado para extrair valor. Desse ponto de vista, burguesias foram burguesias revolucionárias outrora porque esse impulso estava bloqueado. Existe uma atividade organizativa burguesa importante no Brasil, sem impulsos de autonomia ou independência, o que só ocorre espasmodicamente quando algum interesse preciso se vê ameaçado. A tendência dessa burguesia brasileira, no cenário internacional, é exigir o direito de acesso às instâncias de coligação capital-imperialista. Do ponto de vista sócio-político, a burguesia brasileira se organizou precocemente, para disputar internamente espaço, para formar e controlar a força de trabalho, e criou entidades de âmbito nacional. Ela não corresponde, entretanto à idealização de uma “burguesia nacional” voltada para a independência nacional ou para um capitalismo autônomo.

O fato de estar subalternamente coligada a capitais estrangeiros não a torna irrelevante. Esse é um ponto importante para compreender o Brasil das últimas décadas. Não se trata de uma “pobrezinha de uma burguesiazinha”, “fragilzinha”. Ela não é, e já provou isso, algumas vezes.

Enfrentar o adversário – isto é a burguesia (as burguesias brasileiras e o conjunto da burguesia no plano internacional) –, exige dimensionarmos as forças que estamos enfrentando. Se consideramos a burguesia local frágil, arriscamos protegê-la. As características da adesão subalterna brasileira ao capital-imperialismo se evidenciaram não apenas através da transnacionalização de capitais brasileiros, mas da forma de funcionamento da vida social do Brasil e do processo histórico de organização da burguesia no Brasil.

Fui obrigada a me dar conta de que estava lidando com uma situação que não cabia nas definições usuais. Os clássicos nos ensinam a caminhar, mas a partir de um determinado ponto as categorias exigem desenvolvimentos ulteriores para chegarmos a uma compreensão satisfatória. Precisei analisar o conjunto do imperialismo para tentar entender o que significavam as transformações no Brasil. Uma organicidade burguesa precoce no território, seletiva, brutal e truculenta. Florestan já diz isso com todas as letras. Florestan insiste que a burguesia brasileira não é uma burguesia frágil.

Revista Aurora: Você concorda com a concepção de autocracia burguesa institucionalizada?

Virginia Fontes: Essa definição do Florestan foi forjada sob o período da ditadura, e é uma das melhores explicações do processo histórico, até aquele período. *A Revolução Burguesa no Brasil* foi publicada em 1975, há quase 40 anos, e Florestan faleceu em 1995, há quase 20 anos. Como compreender as contradições posteriores, postas pela eleição de Lula e pelos governos do PT? O que significa a democracia “à brasileira”? É preciso enfrentar esse tema. Há hipóteses distintas, mesmo entre gramscianos. Carlos Nelson Coutinho considera que é um período de contrarreforma, no que ele se aproxima mais da autocracia institucionalizada. Eu tendo mais à revolução passiva, enfatizando o papel importante do PT para a expansão das relações sociais de cunho capitalista, para o apassivamento das lutas de classes e para a concentração de capitais. Houve, não apenas cooptação esporádica, mas a produção de uma esquerda adequada ao capital. Inclusive na elaboração de um processo institucionalmente democrático,

marcado por maior convencimento e pela permanência da truculência social, política e policial. Seria uma autocracia adocicada?

Os argumentos de Carlos Nelson são importantes e é preciso levá-los em conta, pois contêm uma forte coerência interna. Ele tem razão ao afirmar que o que ocorreu como eventual melhoria para os setores subalternos não representa um avanço no sentido de processos emancipadores, e por isso ele considera uma contrarreforma. No entanto, a tese da contrarreforma não dá conta, a meu juízo, do fato de que não apenas se institucionalizou uma democracia burguesa no Brasil, com a extensão do voto, com partidos (inclusive de origem histórica popular, como o PT), como ocorreu certa adequação das massas a esse formato. A nossa luta, comunista, pela transformação substantiva da existência, não deve partir nem de decepções ou frustrações, nem do desejo, mas das condições reais.

Como foi possível a essa autocracia burguesa clássica – e a expressão do Florestan é precisa – agregar novas estratégias (e táticas) de convencimento? Quando isso ocorre, ela se modifica ou permanece a mesma? Uma burguesia agora com trânsito em sindicatos, em Centrais Sindicais e convivendo com ex-sindicalistas doravante gestores de fundos é uma experiência de novo tipo no Brasil. Procurei partir de pesquisas rigorosas lastreadas em Gramsci, pesquisas que Florestan não conheceu, para analisar a atuação burguesa no Brasil. A organização de entidades da sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia) de defesa particular de determinados setores burgueses; de convencimento intra-classes ou voltado para as classes dominadas; ocorreu em setores *atrasados* da burguesia desde o século XIX. Essas organizações fizeram exatamente o que Gramsci despreveria anos depois. Instituíram entidades abrangendo quase todo o país: montaram jornais; produziram revistas técnicas; formaram intelectuais orgânicos; implementaram aparelhos de Estado... De dentro desses aparelhos de Estado, aumentaram a sua capacidade de formular e disseminar suas concepções de mundo. No início do século, não era ainda um Estado ampliado, pois Gramsci pensava também na luta popular, a luta pela socialização da política. Aqui, houve uma socialização truncada, intra-burguesa, seletiva. Para os setores populares, houve repressão. Mas é uma interpretação muito diferente da suposição de um Estado acima das classes, de certa maneira constituindo-as, como foi corriqueiro em algumas interpretações (que ainda subsistem).

De finais de século XIX até pelo menos 1950, houve expansão da associatividade burguesa em paralelo com enorme truculência contra as formas de organização populares. Foi uma ampliação seletiva do Estado, bloqueando a socialização da política para os setores subalternos enquanto modernizava por cima, principalmente na base da repressão do setor popular, mas cooptando alguns dirigentes. A categoria de autocracia dá conta desse fenômeno. Em que hoje esse desenho é diferente? Quando isso começou a mudar? As lutas populares das décadas de 1970 a 1990 já apontam para outro teor. Primeiro, elas contam com organizações de âmbito nacional. Pela primeira vez as lutas populares, de fato, se nacionalizaram. Elas não são idênticas, não são homogêneas no cenário nacional, mas atingem um espaço mais amplo e uma linguagem comum. Ora, é frente a essa condição de luta que a burguesia se arma; e, ela se arma para agir recorrendo a um repertório já existente no mundo e fortemente socializado por entidades internacionais, oficiais ou não. Ela não precisa inventar do zero, e sim aprender a fazer. São temas comuns às burguesias, elas participam internacionalmente de encontros de elaborações internacionais burguesas. Até, ao ponto da FIESP dizer em 1990 que daqui para frente seu papel é *negociar conflitos*. Negociar conflitos é completamente diferente da autocracia burguesa prévia, que não negociava conflito nenhum. Significa uma mudança. É uma modificação no ser burguês? Lógico, que não! O ser burguês continua burguês como era antes. O que se modificam são as condições de luta na forma e no leque de ações burguesas. As novas condições exigiam dessa burguesia novos aparelhos de luta, como o PNBE ou o financiamento da Força Sindical, ou a mercantilização da filantropia, com destinação de recursos para entidades associativas que, arrotando “boa vontade”, contribuíam para privatizar as atividades públicas. São novas entidades de luta de classes, porém podem também se converter em formas lucrativas. Foi o que aconteceu no Brasil, principalmente nos anos 1990.

Revista Aurora: Professora Virgínia, Carlos Nelson Coutinho desenvolveu a tese de que o processo de formação do Estado brasileiro encontrou suas formas determinativo-objetivas em princípios autocráticos, de tal forma a conformar um Estado forte e centralizado em contraposição a uma sociedade civil débil, amorfa, gelatinosa. Em largos traços, isso explicaria a recorrência de regimes autocráticos na história do Brasil. De acordo com a sua análise parece haver certo equilíbrio entre Estado e sociedade civil no Brasil. Como você vê essa nova relação entre Estado e sociedade civil no Brasil contemporâneo?

Virgínia Fontes: Carlos Nelson aborda um período muito extenso – dois séculos –, para a mesma característica da revolução passiva. Entendo que Carlos Nelson apresenta essa formulação para apreender os elementos fundamentais da formação brasileira, permitindo tratar mais detalhadamente as questões contemporâneas. Desse ponto de vista, a tese dele me parece bem interessante e respeitável. Porém, minha tese é um pouco diferente. A expansão da sociedade civil no Brasil é seletiva e precoce, remonta aos primórdios do século XX. Os setores patronais, os setores de classe burgueses, conseguiram expandir sua rede de aparelhos privados de hegemonia próprios, voltados para interesses específicos, não limitados a uma única empresa, mas a setores. Inclusive, entram em disputas políticas entre eles razoavelmente cedo. Mas isso não significa uma ampliação do Estado no sentido gramsciano, porque a socialização da política não está ocorrendo generalizadamente. Então temos uma expansão da sociedade civil seletiva que expande o Estado para um lado e controla para o outro. Inexistiam, entretanto, estudos aprofundados sobre esse processo, e eles agora começam a se multiplicar.

O exemplo mais claro disso é o pós-1930. Talvez, o mais dramático. A criação da CLT significou o controle corporativo dos sindicatos. Como era uma questão legal, o corporativismo atingia a todos – sindicatos patronais ou de trabalhadores –. O patronato reclamou, pois não queria seus sindicatos controlados pelo Estado, mas dada a premência de manietar os sindicatos dos trabalhadores, aceitou. Admitiu o sindicato corporativo, mas nunca se limitou ao sindicato corporativo. Em paralelo à FIESP, por exemplo, existia (e existe) algo chamado CIESP, (o mesmo ocorreu em outros estados). A polícia reprimiu sindicatos de trabalhadores que se recusaram a aderir ao sistema corporativo e qualquer tentativa de sindicato paralelo. A polícia bateu na porta da CIESP? Não! A estrutura paralela do sindicato patronal perdurou em todo o Estado Novo; enquanto, a repressão baixou, sobre qualquer tentativa de sindicato paralelo que viesse do lado dos trabalhadores. Talvez seja o exemplo mais grotesco, mais violento, dessa situação em que existe estímulo para a expansão da associatividade burguesa e repressão privada e pública à associatividade popular. Acredito que esse é o primeiro ponto da questão.

O segundo ponto da questão é a historiografia brasileira, em sua maioria conservadora. Poucos estudaram a burguesia brasileira – por variadas razões –. Para muitos, o tema era vagamente a “modernização”, sem classes sociais. A visível preponderância do Estado ajudava a invisibilizar a atuação das classes dominantes. Há uma forte tradição de análise do Estado brasileiro, como se fosse separado das classes dominantes. Esse é o caso de Raymundo Faoro – que não é marxista, é weberiano –, que em *Os donos do poder* supõe um estado que esmaga permanentemente a sociedade. Essa interpretação não tem sustentação no processo histórico. Outros torciam pela implantação do capitalismo, criticando seletivamente as “oligarquias” atrasadas. Outros, ainda estavam mais preocupados em identificar a classe trabalhadora. Nossos grandes clássicos na análise histórica foram críticos e marxistas, sendo ou não historiadores profissionais. Fizeram formidáveis sínteses. Mas a síntese é sempre provisória, ela é a expressão de um dado momento, em que certo ponto de chegada (transitório) ou inquietações expressas nas lutas em curso possibilita e exige analisar o conjunto do processo à luz dessas transformações. A síntese não é ponto final histórico; não é o desvendamento de uma essência permanente, mas sua elaboração expressa o enfrentamento de novas exigências de luta, à luz das contradições concretas de um dado momento que permitem, por seu turno, integrar o processo já vivido e identificar suas cicatrizes. Assim, as sínteses são o ponto de partida para enfrentar as contradições atuais, não o ponto de chegada.

Havia pouca pesquisa crítica sobre a burguesia brasileira e sua conexão com o Estado. Hoje já temos muitas pesquisas, mas ainda insuficientemente integradas entre elas. Florestan vai muito além, quando define o processo como autocracia burguesa: ele estava preocupado em entender a formação e o caráter das classes dominantes, construindo uma síntese. É depois dele que se abre um volume significativo de estudos sobre as classes dominantes. Daí a importância da Sonia Mendonça.

Sonia Mendonça é uma historiadora que estuda as formas organizativas da classe dominante no Brasil, como se associam e se relacionam com e no Estado. O mesmo fez René Dreiu. Por exemplo, no caso do Golpe de 1964: a) como atuou concretamente a burguesia brasileira, associando-se à norte-americana? b) a Comissão da Verdade atual: só os militares torturaram? c) a burguesia brasileira não financiou a repressão? d) a Folha de São Paulo não tinha suas caminhonetes servindo à OBAN? e) o Globo não estava diretamente envolvido nisso? f) os militares torturaram. Eles eram os executores físicos disso. Mas, e a burguesia que financiou diretamente isso? e, g) e os burgueses que foram financiar a casa da morte em Petrópolis e outros tantos? Repare: não é possível pensar o Estado fora das conexões de classe. Quando Carlos Nelson enfatiza a pequena escala da socialização da política no Brasil, estou inteiramente de acordo. Isso não significa, porém uma ‘sociedade civil’ inexistente, nem um Estado acima das classes, mas uma ampliação seletiva e truculenta.

Revista Aurora: Então vamos entrar nessa polêmica que você estabelece com o Ruy Mauro Marini. Pode-se afirmar que existe um subimperialismo na América Latina?

Virginia Fontes: Assim que o livro saiu, fiquei muito ocupada com ele, com muitos debates. Este ano finalmente estou conseguindo estudar mais, tentando avançar. Acredito que a pauta de pesquisa colocada naquele livro seja coletiva. Ruy Mauro, autor e marxista brilhante, foi o primeiro pensador latino-americano, e em especial, brasileiro, que se deu conta de que, se queremos pensar a Revolução latino-americana, temos de entender não só a unidade latino-americana, mas as diferenças latino-americanas, de forma a construir a unidade dos trabalhadores latino-americanos num grau superior de análise. Ele analisou a América Latina, a partir da dependência, o elo comum entre os países da América Latina, mas não para apagar as diferenças, e pôde acentuar o papel subimperialista que o Brasil começava a cumprir, lá nos anos 1960 e começo dos anos 1970. A reflexão do Ruy Mauro é muito densa e refinada. Ele parte das formas do valor para analisar o capitalismo sob sua forma dependente, o que envolvia um aprofundamento da análise dos processos desiguais e combinados.

Assim, em primeiro lugar eu tenho realmente uma admiração por Ruy Mauro. No entanto, quando ele pensa o processo de subimperialismo brasileiro, está fundamentado em duas grandes questões – nós podemos posteriormente agregar outras nuances e variáveis –. A primeira questão é a superexploração da força de trabalho; é o truncamento do valor da força de trabalho, de maneira mais ou menos permanente, que seria o elo estrutural da dependência. A segunda questão é o bloqueio do mercado interno, que essa dependência e essa superexploração geram, dificultando ou reduzindo a capacidade de expansão do próprio capitalismo, levando a uma expansão de mercados para o exterior, pela incapacidade de consumo suetuário interno. Essa é a tese interessantíssima do Ruy Mauro e muito inteligente.

Quais são as minhas discordâncias a ele? A tese da superexploração da força de trabalho. Essa tese encontra respaldo em Marx, na sua parte mais substantiva. Entretanto é muito difícil imaginar as condições de superexploração da força de trabalho de maneira permanente, ao longo do tempo, de maneira idêntica. Não só porque existe luta de classes nesse período, mas porque, no caso brasileiro, um dos elementos importantes para existência dessa superexploração era a massiva população rural, cuja exploração e expropriação era o ponto nevrálgico de rebaixamento da força de trabalho, de maneira mais ou menos

permanente. Portanto, essa superexploração expressava o peso dessa massa camponesa sendo expropriada e, portanto, em boa medida ainda fora do mercado.

Ora, nos últimos 40 anos essa expropriação se aprofundou e reduziu dramaticamente a população rural. Infelizmente, ainda temos população no campo sendo violentamente expropriada, pois nenhuma reforma agrária foi realizada. Ora, essa massa já expropriada consiste, ela própria, em uma imensa base que está no mercado. Quer queira ou não, ela só pode subsistir no mercado, precisa viver no mercado. Não é mais um mercado reduzido, pois ele está socialmente definido pelas necessidades de uma população que dele depende, pois não mais produz sua própria subsistência. A desigualdade na integração dessa massa no mercado *de trabalho* atua renovando formas de superexploração, decerto, porém mais pontuais. Há ainda outro ponto a considerar: o valor da força de trabalho não se define pelo que ela precisaria consumir segundo os padrões internacionais, mas pela existência real dessa enorme massa disponível, nas condições históricas e sociais dadas. Esse é o traço mais perverso da lei do valor – se há fome e desemprego, o valor da força de trabalho se reduz.

Ainda que exista superexploração, não me parece que ela possa permanecer como fonte de explicação para os processos de dependência, ao menos para o caso brasileiro. A situação pode ser mais complexa. Então, essa é minha primeira discordância com Ruy Mauro, que já vem com a segunda, que é a questão do mercado interno. O fundamental, porém, é que ele apontou com enorme argúcia o novo papel do capitalismo e do Estado brasileiros na divisão internacional do trabalho e na composição de forças de nossa América.

Temos ainda de agregar o período histórico que Ruy Mauro não pôde analisar. Os governos Lula não alteraram substantivamente a política do Fernando Henrique Cardoso, mas mudaram sua escala. O que era uma política-alívio para um milhão de famílias, o programa Comunidade Solidária, se converteu no Bolsa Família, para 10 milhões de famílias, ou 40 milhões de pessoas. De uma política de arrocho salarial houve uma política de certa melhoria salarial, que não pode ser desconsiderada. E, essa melhoria salarial, é pequena? É. Se iguala aos países centrais? Não. Mas, não existe um mercado internacional de força de trabalho. A força de trabalho está contida nos espaços estatais. Para o melhor e o pior. Essas são contradições do capital-imperialismo contemporâneo. Quanto mais ele avança no sentido de deslocar capitais de um país para o outro, mais ele tende a construir um valor de força de trabalho internacional. Quanto mais ele faz isso, mais corre o risco de perder sua base nacional, política, nos Estados, onde vive “sua” classe trabalhadora. São contradições de um novo tipo, que precisam ser dimensionadas.

Outra discordância, mas essa não é com o Ruy Mauro e sim com alguns dos que se dizem seus seguidores, é de que o subimperialismo sugeriria um país imperialista a soldo de outro. Ainda que eu acredite que a burguesia brasileira esteja satisfeita com a ligação umbilical com os EUA, ela enfrenta contradições também nesse terreno. Pelo menos nos últimos cinquenta anos há uma atenção grande, compartilhada pela burguesia estrangeira, aqui dentro, em diversificar os mercados de exportação e importação e não ficar preso a um único país por riscos de crises, ou de ficar capturado no controle econômico de outro país. A preocupação atual é com a centralidade da China... São questões que trazem para a análise do Brasil contemporâneo outros elementos que devem ser integrados.

Ruy Mauro Marini segue um pensador imprescindível. Ele foi pioneiro. Nós precisamos entender o que significam as transnacionais brasileiras atuando na América Latina; e, um governo originado na classe trabalhadora e supostamente de esquerda, que capitaneia a esse processo. Acaba de ser publicado um livro de um autor chamado Raúl Zibechi, chamado *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*, focando sobre os projetos de potência brasileira – reequipamento das forças militares; papel do Ministério da defesa, etc. –. Ele fica em dúvida se é subimperialista, imperialista, capital-imperialista, não fecha essa questão. Eu quero lembrar que esse drama não é só nosso, tem a ver com a relação dentro e

fora, de novo. Se queremos emancipação da classe trabalhadora, temos de enfrentar os EUA, a burguesia brasileira e as múltiplas formas do capital.

Revista Aurora: Existe um debate em pauta no Brasil, acerca da questão da existência de um possível processo de desindustrialização e primarização da economia brasileira. O que você pensa deste debate?

Virginia Fontes: É inegável de que há alguma desindustrialização no Brasil, o que não significa que nos falte indústria. É inegável que na proporção da distribuição das rubricas do processo produtivo aumenta bastante a comoditização com relação aos tradicionais setores industriais. Isso não significa que elas tenham desaparecido ou deixado de ter algum papel nesse processo. Até porque, não se esqueçam, o braço direito da Dilma é um industrial – Gerdau Johannpeter.

Existe, de fato, uma modificação, principalmente, na pauta de exportação brasileira de produtos comoditizados. Existe uma desnacionalização da grande e pequena propriedade da terra, assim como de algumas empresas agrícolas, mas não é novo e vem ocorrendo desde a ditadura. A ditadura estatizou um grande parque industrial, que sustentava o grande capital nacional e o internacional. Com a privatização das empresas públicas, o grande capital “comprou” (ganhou) essa estrutura, tanto grandes multinacionais internacionais quanto o grande capital brasileiro.

Temos que estudar a composição da propriedade no Brasil e no mundo e as dinâmicas, estratégias e táticas burguesas. Se estudarmos apenas nossa própria atuação, explicitamos nossas formas de ser, doamos informação inclusive para os setores dominantes. Esse processo de desindustrialização até agora não alterou substantivamente a composição da burguesia no poder, pois em paralelo há uma internacionalização de empresas brasileiras. É possível que venha a modificar. Teremos que reler sempre o processo. Temo bastante, hoje, uma concepção de financeirização que supõe que os problemas são os bancos, que estão atrapalhando o capital produtivo, pois seriam meramente especulativos. Essa concepção ignora o capitalismo enquanto relação social de extração de valor. Os bancos (ou setores financeiros não bancários), por mais poderosos que sejam, integram as metamorfoses do capital e dependem da cota parte do valor extraído no processo de trabalho. Onde fica a riqueza dos grandes proprietários do agrobusiness, das barrageiras brasileiras, dos grandes industriais? Em bancos e em financeiras. Isso quando eles não têm seus próprios bancos. Quando um governo como o da Espanha dá milhões aos bancos, não é só o banco que recebe, mas toda a rede capitalista por trás do banco. É muito importante que não percamos de vista essa íntima relação entre os diferentes tipos de capital, diferentes setores. Capital bancário, industrial, comercial já se uniam no início do século XX e hoje se fundem de maneira pornográfica. É difícil até rastrear a propriedade do capital.

O pensamento liberal do Brasil insiste na tese de que falta privatizar, o que se deve ler como “doar capital”. Se queixam de que o Estado ainda controla muitos setores via fundo de pensão, que isso não seria livre concorrência. Querem, sem concorrência, abocanhar mais setores. Foi publicado um livro ano passado que atualiza essa tese. Insistem nos elos entre o Estado e algumas grandes empresas brasileiras: Petrobrás; Vale do Rio Doce; Brasil Foods... enquanto deixam à sombra outras. É verdade a existência de elos, mas eles são muito mais fundos e extensos, e atravessam o conjunto do Estado brasileiro. O jogo real do autor é o de ocultar a burguesia brasileira, reatualizando a tese de Faoro e entificando um “Estado” como se pairasse fora da vida social. Uma grande parcela da discussão sobre a desindustrialização oculta o papel decisivo que tais burguesias (industrial, bancária e comercial) exerce nesse processo, dentro dos aparelhos privados de hegemonia, em estreita conexão com o Estado e, crescentemente, numa educação hegemônica pró-burguesa. A internacionalização de empresas brasileiras pode envolver também desindustrialização interna, como ocorre em outros países. Sobre esse tema, até aqui há um silêncio ensurdecedor. Nós estamos enfrentando novas contradições. Desconsiderar isso pode abrir portas para

recuperar uma situação já vivida nos anos 1950, de apoio à burguesia produtiva. Apoio que ela dispensa, porém do qual se utiliza. A burguesia não é produtiva, quem produz é o trabalho; e, ela não está separada das outras burguesias. Entretanto ela tenta destroçar a nossa luta.

Revista Aurora: Para encerrarmos esta entrevista, gostaria de lhe fazer uma pergunta simples. Virginia: o que é ser comunista?

Virginia Fontes: Tão bonita essa pergunta, não é!? Mas não é simples. Bom, em primeiro lugar ser comunista é ter clareza de que a humanidade se autoconstitui. Ser ser humano é integrar um processo de autoconstituição permanente, que seja fruto das nossas atividades, porém não isoladamente. É fruto das nossas atividades coletivas, para além inclusive desse coletivo imediato com o qual lidamos. Esse é o ponto zero. É o que o fundamento ontológico do ser social, em Lukács, que acho precioso, e que em Gramsci vai aparecer como essa tensa e rica historicidade que nos constitui. Acho que esse é o primeiro ponto. E, um comunista que não tenha isso claro corre muitos riscos. Mesmo sendo muito corajoso.

A segunda grande questão é ter certeza de que as contradições nas quais nós vivemos permitem nossa intervenção para outra direção. Mudar a direção na qual vivemos. Em outras palavras, o processo de socialização do trabalho que o capital-imperialismo precisa disseminar segue sendo, ainda, limitado à divisão internacional e competitiva do trabalho. Mas, segue a base e a possibilidade crucial para alterar a existência para uma sociedade socialista. Existem possibilidades objetivas de modificar completamente a correlação internacional em direção a uma cada vez mais necessária socialização da existência.

O terceiro ponto é a emancipação da humanidade em direção à plena historicidade. Não considero isso como a suposição de um paraíso terrestre, mas como o avesso da religião. Ser comunista é ter claro que a humanidade pode tomar consciência das condições sob as quais existe, alterar essas condições, enfrentar acertos e também erros. A luta pelo comunismo pode resultar de intenções mais ou menos deliberadas, ou resultar de situações dramáticas, como a devastação da natureza vem demonstrando. A emancipação humana é a capacidade de enfrentar as dificuldades (que perdurarão ou serão outras) com formas coletivas de intervenção. É se abrir para a criação humana.

Ser comunista é estar na luta, sabendo que o capital e as classes dominantes, em suas diversas formas de dominação, têm meios de repressão, violência, convencimento e corrupção, brutais. A primeira tentativa de convencimento é dizer que aquilo que acreditamos sendo comunistas é justo, mas irrealizável. Querem naturalizar o mundo capitalista. Nosso papel é explorar as estranhezas da dinâmica da vida sob o capitalismo, evidenciando a possibilidade e a exigência de uma revolução comunista. Quanto mais se expande o capitalismo, mais essas questões estão colocadas a nossa frente. A luta do trabalho contra o capital não pode se limitar a reproduzir o trabalho como o conhecemos, mas libertar a humanidade do trabalho como fardo. Para construir uma humanidade capaz de ter o trabalho como sua atividade criadora e, portanto, certamente, com outra prática e outra concepção de trabalho. Isso já transparece como exigência, na própria luta dos trabalhadores, mas ainda temos muito que fazer pela frente. Ser comunista é ter claro a possibilidade, a urgência e a necessidade da revolução, como socialização da existência. Ao mesmo tempo ter clareza de que precisaremos enfrentar permanentemente às forças organizadas do capital, que tendem a se apresentar como se fossem uma natureza humana, petrificada na barbárie.